

Clipping n° 799

, 23 Maio 2011 - 13:26:22

ECONOMIA I O número de famílias que declarou ter dívidas aumentou, em maio, na comparação com maio do ano passado. Neste ano, o índice ficou em 64,2% e, no ano passado, neste mês, o percentual das famílias que se declararam endividadas foi 58,7%. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na quarta-feira (18), no Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

ECONOMIA II Na comparação com abril, também houve aumento, já que, no mês passado, o indicador registrou 62,6%. A pesquisa mostra ainda que, em comparação a abril, o percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso, em maio, aumentou, passando de 23,4% para 24,4%. O percentual, porém, é menor do que o registrado em maio de 2010, quando ficou em 25,1%.

ECONOMIA III O percentual das famílias que declararam não ter condições de pagar as contas ou dívidas também subiu, passando de 7,8% para 8,6%, de abril para maio. Comparando os mesmos meses (maio de 2011 com maio de 2010), porém, foi identificada certa estabilidade já que, em maio do ano passado, o percentual chegou a 8,5%.

ECONOMIA IV De acordo com a CNC, os números da pesquisa mostram uma alta moderada da inadimplência e que o crescimento dos empréstimos em ritmo mais rápido do que o da renda, o aumento do custo do crédito e o espaço reduzido para elevações nos prazos de financiamento estão levando a um maior comprometimento da renda das famílias brasileiras com dívidas. Fonte: Agência Brasil

Sacolas se afirmam como ferramenta de Marketing

Cada vez mais criativas, as embalagens são verdadeiros outdoors ambulantes, que promovem marcas e transmitem a identidade das empresas. Com o aumento da demanda por ações sustentáveis, elas também representam uma oportunidade para as marcas que desejam criar sacolas retornáveis para manter-se por mais tempo nas ruas e na vida dos consumidores. O Boticário, Richards e Pão de Açúcar são alguns dos muitos exemplos de marcas que apostam em embalagens cheias de atitude e podem chamar tanta atenção quanto os produtos que carregam. Com a crescente preocupação com o meio ambiente, no entanto, as empresas têm vivenciado o desafio de transformar suas sacolas de vilãs para mocinhas. Uma alternativa é criar embalagens que podem ser utilizadas como ecobags. Foi o que a Richards fez. Quem compra as roupas da marca carioca de moda masculina recebe uma sacola que pode servir posteriormente, por exemplo, para uma ida à praia. Ganha o consumidor, o meio ambiente e, principalmente, a marca, que aumenta o tempo de vida da sacola que está sendo desfilada por aí. Mundo do Marketing

Prefeito de São Paulo sanciona proibição do uso de sacolas plásticas na cidade

São Paulo A proibição de distribuir sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais na cidade de São Paulo foi

sancionada hoje (19) pelo prefeito Gilberto Kassab. A medida só entra efetivamente em vigor em janeiro de 2012. Mas, durante esse período de adaptação, os estabelecimentos terão de fixar cartazes com a mensagem: "Poupe recursos naturais! Use sacolas reutilizáveis".

O texto foi aprovado na Câmara Municipal na última terça-feira (17). O descumprimento da norma acarretará em multa de R\$ 50 mil, de acordo com o faturamento da loja infratora. A fiscalização não será feita pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

A norma não se aplica, no entanto, às embalagens originais das mercadorias, às embalagens de produtos alimentícios vendidos a granel e nem às embalagens de produtos alimentícios que vertam água. Fonte: Agencia Brasil

A Informalidade e o Movimento Sindical: uma agenda para o século XXI

As mudanças das últimas décadas conferiram características peculiares quanto à estrutura do mercado de trabalho em praticamente todos os países. Observou-se uma redefinição das relações de trabalho, com uma diversificação crescente dos tipos de contratação, das formas de inserção dos trabalhadores na estrutura produtiva e, ainda, a persistência de importantes segmentos em atividades produtivas tradicionais. Diante disso, a relação padrão de assalariamento não pode mais ser considerada a única e inextinguível forma de inserção produtiva e de inclusão social.

Recentemente, a reconhecida complexidade que envolve o tema e a crescente interação entre as atividades desenvolvidas pelo setor informal e os setores dinâmicos da economia propiciaram maior relevância ao debate. Também estimularam a formulação de novas concepções e categorias de análise, voltadas para o desafio de incrementar a proteção social no âmbito de pequenos empreendimentos e das atividades cooperativadas, e fomentaram avanços sistêmicos para o combate à precarização do trabalho assalariado.

Nesse sentido, o DIEESE, por meio de projeto específico sobre o tema, vem desenvolvendo estudos e debates para refletir sobre os impactos da informalidade; elaborar diagnósticos atualizados; e identificar soluções direcionadas à forma específica de inserção ocupacional (seja como assalariados, trabalhadores por conta-própria, pequenos empregadores, trabalhadores domésticos, cooperativados, não remunerados, dentre outros), dada a premissa de se equacionar não só as questões relacionadas ao financiamento da rede de proteção social, mas também de se criar um ambiente voltado ao desenvolvimento com inclusão social.

A dimensão do mercado de trabalho brasileiro e a grande heterogeneidade a ele observada colocam o país como importante referência para a investigação sobre informalidade e o seu enfrentamento, por meio do diálogo social e da construção de um quadro regulatório adequado e de políticas públicas inovadoras e inclusivas. Para o movimento sindical, este desafio implica na formulação de estratégias adequadas à dimensão e à complexidade do problema.

Esta Nota Técnica está organizada em duas partes. Na primeira, apresentamos brevemente as dificuldades conceituais que sempre marcaram o debate sobre informalidade, as quais implicam em divergências na própria aferição do fenômeno. A partir das recomendações da OIT e das concepções adotadas, buscou-se dimensionar o fenômeno no Brasil.

Na segunda parte, são propostas formas alternativas de atuação do movimento sindical brasileiro para o enfrentamento da informalidade, considerando-se uma nova tipologia de agregação das situações encontradas na realidade decorrentes: das relações entre o setor formal e informal, da dinâmica da atividade produtiva e das condições específicas da inserção ocupacional.

Veja a íntegra do trabalho aqui ou direto no site do DIEESE: www.dieese.org.br.

Prévia da inflação oficial fica em 0,70% em maio

Rio de Janeiro - A prévia da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), diminuiu para 0,70% em maio, depois de registrar alta de 0,77% um mês antes. De acordo com dados divulgados hoje (20) pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), o índice acumula alta de 3,86% no ano. Já nos últimos 12 meses, a elevação acumulada chega a 6,51%, superando o teto da meta estabelecida pelo Banco Central para a inflação em 2011 (6,5%). O centro da meta é 4,5%, com variação de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo.

Em maio de 2010, o IPCA-15 chegou a 0,63%.

De acordo com o levantamento do IBGE, o resultado foi influenciado principalmente pelos alimentos e bebidas, cuja taxa passou de 0,79% para 0,54%, e pelos transportes (de 1,45% em abril para 0,93% em maio).

No caso dos alimentos, a redução foi puxada pelos produtos in natura e por aqueles consumidos fora do domicílio. O tomate, por exemplo, ficou 9,18% mais barato no mês. As frutas (-2,90%) e as hortaliças (-1,51%) também pesaram menos no bolso do consumidor. Já a taxa referente às refeições fora de casa diminuiu de 0,91% em abril para 0,47% em maio. Também ficaram mais baratos os lanches consumidos fora de casa (de 0,54% para -0,63%).

O documento aponta que, por outro lado, o consumidor passou a pagar mais por outros itens, como a batata-inglesa (de 10,05% para 24,22%), o feijão-carioca (de 5,99% para 7,27%), o leite pasteurizado (de 1,58% para 3,82%) e o café moído (2,10% para 3,02%).

No grupo transporte, a redução na taxa foi influenciada pelo preço do litro do etanol, que ficou praticamente estável em maio (0,01%), depois de ter subido 16,40% em abril. Já a gasolina, ficou ainda mais cara, com alta de 5,30%. Um mês antes, a elevação havia sido de 4,28%. O produto foi responsável por um impacto de 0,21 ponto percentual, o maior do mês, representando 30% do IPCA-15.

Os produtos não alimentícios tiveram elevação de 0,75%, praticamente repetindo o resultado de abril (0,76%). A alta em itens como remédios, que tiveram reajuste médio de 4,77% em 31 de maio, energia elétrica (1,14%), álcool de água e esgoto (1,64%), impediram que houvesse redução da taxa desse grupo.

Regionalmente, Goiânia registrou o maior índice (1,07%), puxado pela alta na taxa de água e esgoto (2,49%), reajustada em 5,93% em 1º de maio, álcool da gasolina (6,71%). O menor resultado foi observado em Belém (0,36%), onde os remédios apresentaram variação de 0,68%, a mais baixa de todas as regiões pesquisadas.

Para calcular o IPCA-15 de maio, foram coletados preços no período de 13 de abril a 13 de maio e comparados aos vigentes entre 16 de março e 12 de abril.

De acordo com o IBGE, o indicador refere-se às famílias com rendimento de até 40 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba e do Rio de Janeiro, além das cidades de Brasília e Goiânia. A metodologia utilizada é a mesma do IPCA, a diferença está apenas no período de coleta dos preços. Fonte: Agência Brasil

Jorge Caetano Fermino